

Arranjos participativos de políticas públicas: o Programa Jovem Monitor Cultural em São Paulo e a perspectiva de sua intersetorialidade e coprodução com jovens

Heber Silveira Rocha, heber@usp.br

Diego Santos Alves, santosdiego@usp.br

Alexandre Piero, alexandre@alumni.usp.br

Resumo

O artigo analisa o Programa Jovem Monitor Cultural (PJMC) como política pública intersetorial e espaço de inovação democrática no município de São Paulo. Embora avance na inclusão cultural e no protagonismo juvenil, o programa opera predominantemente sob uma lógica funcionalista, centrada na gestão pública tradicional, marcada pela baixa integração intersetorial e excessiva centralização na Secretaria de Cultura. A análise revela tensões entre os paradigmas da administração pública — especialmente entre os modelos estadocêntrico, pluralista e propostas emergentes como o Novo Serviço Público — que buscam superar práticas burocráticas rígidas por meio de arranjos colaborativos e participativos. Contudo, faltam ao PJMC avançar nos incipientes dispositivos de governança democrática, como coprodução de ações com jovens, deliberação compartilhada e monitoramento participativo. O estudo defende que o fortalecimento do programa exige incorporar práticas de inovação democrática, que transcendem modelos gerenciais tradicionais, favorecendo arranjos institucionais mais horizontais, intersetoriais e sustentáveis. Assim, o PJMC pode evoluir de uma política centrada na lógica de prestação de serviços para uma arena pública de coprodução de políticas culturais e formação cidadã, alinhando-se a referenciais críticos e interpretativos da administração pública contemporânea.

Resumo expandido

Objetivos

Este artigo analisa o Programa Jovem Monitor Cultural (PJMC) como uma política pública que se insere nas tensões e desafios contemporâneos da administração pública brasileira, dialogando tanto com os paradigmas tradicionais — especialmente o funcionalista — quanto com propostas emergentes de governança democrática, participativa e colaborativa.

Metodologia

A pesquisa, baseada em análise documental, revisão teórica e entrevistas com gestores, investiga em que medida o PJMC pode ser considerado uma política intersetorial, seus limites e possibilidades, e como ele se relaciona com práticas de inovação democrática.

Contextualização do tema

O PJMC foi criado em 2009 com o objetivo de promover a inclusão cultural e o protagonismo juvenil, oferecendo formação teórica e prática a jovens em equipamentos culturais da cidade de São Paulo. Embora tenha obtido avanços na democratização do acesso à cultura e na inserção de jovens no setor, o programa opera dentro de uma lógica predominantemente estadocêntrica e funcionalista, centrada na Secretaria Municipal de Cultura e com baixa articulação intersetorial efetiva. Isso revela uma permanência de paradigmas tradicionais na administração pública local, conforme analisado por Caldas (2007) e Burrell & Morgan (2008), em que a racionalidade técnica e burocrática ainda predomina sobre arranjos colaborativos e deliberativos, que surgem no programa a partir do arranjo com organizações parceiras na implementação e da própria permeabilidade da cultura juvenil, com o público que participa da política.

A proposta original do PJMC previa atuação conjunta entre as Secretarias de Cultura, Educação e Trabalho, sinalizando uma tentativa de romper com práticas setoriais. Entretanto, na prática, não se consolidaram arranjos institucionais capazes de garantir governança intersetorial robusta. Esse dado se alinha às análises sobre os limites da transição paradigmática na administração pública brasileira, que, apesar de avanços normativos, mantém forte aderência ao paradigma funcionalista, com baixa permeabilidade a referenciais críticos, interpretativos e à lógica do Novo Serviço Público.

Além disso, as práticas do PJMC ainda reproduzem uma visão de política pública como prestação de serviço, com pouca abertura a processos de cocriação, deliberação ou desenho colaborativo de soluções, características fundamentais das práticas de inovação democrática (como apontado nos debates contemporâneos sobre democracia participativa, deliberação e co-design institucional). A participação dos jovens no PJMC se dá, muitas vezes, como beneficiários e não como co-gestores ou cocriadores das estratégias e diretrizes do próprio programa.

A ainda incipiente de dispositivos institucionais voltados à deliberação coletiva, monitoramento participativo e tomada de decisão compartilhada reflete não apenas um problema de gestão, mas a dificuldade estrutural da administração pública em migrar para modelos mais horizontais, colaborativos e democráticos, conforme sugerem os debates atuais sobre governança democrática e inovação institucional. Essa lacuna impede que o PJMC atinja plenamente seu potencial como espaço de formação cidadã,

desenvolvimento de capacidades e fortalecimento das juventudes, em especial as periféricas.

Síntese de resultados

Do ponto de vista financeiro e institucional, o programa enfrenta uma precariedade típica das políticas públicas desenhadas sob lógica tradicional: alta dependência de repasses anuais, parcerias temporárias e ausência de fundos específicos que garantam sua perenidade. Essa condição reforça a fragilidade institucional descrita na literatura sobre administração pública no Brasil, onde a descontinuidade programática e a falta de institucionalização da participação social são problemas crônicos.

A análise evidencia que, para que o PJMC avance, não basta aprimorar mecanismos gerenciais ou fortalecer arranjos burocráticos. É fundamental romper com a lógica funcionalista, incorporando metodologias e práticas de inovação democrática, como:

- Cocriação de políticas públicas junto aos jovens, organizações da sociedade civil e outros setores governamentais;
- Arranjos intersetoriais formais, com comitês gestores que incluam diferentes secretarias e participação social qualificada;
- Deliberação pública contínua, permitindo que jovens não sejam apenas usuários, mas agentes ativos na definição dos rumos do programa;
- Sistemas de monitoramento participativo, com dados acessíveis, transparência e avaliação colaborativa dos resultados.

Essa mudança exige um deslocamento do paradigma da gestão pública centrada na eficiência e no controle para modelos orientados à construção de valor público, à democracia substantiva e ao fortalecimento de comunidades, como proposto nas abordagens do Novo Serviço Público e da governança democrática.

O diálogo com experiências internacionais — como os comitês juvenis em Barcelona e Toronto ou as plataformas de coprodução cultural em Londres e Cidade do México — reforça que não há inovação democrática sem inovação institucional. Tais experiências demonstram que a integração de juventude, cultura e políticas públicas requer dispositivos estáveis, marcos regulatórios inclusivos e financiamento sustentável.

Por fim, o artigo defende que o PJMC só alcançará sua plena potência como se deixar de ser tratado como programa setorial e passar a ser concebido como um laboratório

de governança democrática, intersetorial e participativa, onde jovens, gestores e sociedade civil compartilham responsabilidades na construção de políticas culturais e sociais.

Este reposicionamento exige não apenas ajustes técnicos, mas uma inflexão paradigmática, capaz de deslocar o centro da gestão pública da lógica instrumental e burocrática para práticas de deliberação, cocriação e construção coletiva, inspiradas por referenciais críticos, interpretativos e pela inovação democrática.

Referências

ANDION, Carolina. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. Cadernos Ebape. BR, v. 10, p. 01-19, 2012.

ARRETCHE, Marta. Políticas públicas no Brasil: desafios e avanços. São Paulo: Editora FGV, 2019.

ANSEL, Chris; GASH, Alison. Collaborative Governance in Theory and Practice. Journal of Public Administration Research and Theory, v. 18, n. 4, p. 543-571, 2022.

BRESCIANI, F.; CORROCHANO, R.; NOGUEIRA, A. Políticas públicas de trabalho e renda para jovens: empreendedorismo e desafios pós-crise. Revista de Políticas Públicas, v. 15, n. 2, p. 215-233, 2023.

DUROSE, Catherine et al. Co-Production and Policy Design: Lessons from International Practices. Public Administration Review, v. 81, n. 3, p. 412-425, 2021.

FOUNTAIN, Jane. Youth Cultural Policies in the Digital Age: Innovations in London and Mexico City. Cultural Policy Journal, v. 12, n. 1, p. 45-67, 2023.

HOOD, Christopher. The Tools of Government: A Guide to the New Governance. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

HOWLETT, Michael. Public Policy: A New Introduction. 2. ed. Toronto: University of Toronto Press, 2019.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. The Policy Cycle: A Model of Public Policy-Making. In: Canadian Politics: Selected Readings. 4. ed. Toronto: University of Toronto Press, 2020.

KAUFMANN, Daniel. Governance and Public Administration: Making Public Sector Institutions Work for Development. Washington, DC: World Bank, 2015.

PETERS, B. Guy. Advanced Introduction to Public Policy. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2018.

PIERO, A. O Programa Jovem Monitor Cultural (PJMC) e a dinâmica tripartite: impacto na identidade e autonomia juvenil. Revista Brasileira de Políticas de Juventude, v. 28, n. 1, p. 45-68, 2019.

PIRES, Roberto. Políticas públicas e intersetorialidade: desafios e caminhos. Brasília: Editora UnB, 2021.

ROCHA, S.; PIERO, A.; RIBEIRO, M. Políticas públicas de juventude no Brasil: as ideias de novos atores moldando a administração pública. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 37, n. 3, p. 89-104, 2019.

SORENSEN, Eva; TORFING, Jacob. Strengthening Intersectoral Collaboration: Lessons from Denmark. *Public Management Review*, v. 24, n. 5, p. 789-812, 2022.

STAKE, Robert. *Case Study Research: Design and Methods*. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2006.

UNESCO. *Re|Shaping Cultural Policies: Promoting Youth Participation in Cultural Governance*. Paris: UNESCO Publishing, 2021.

YIN, Robert K. *Case Study Research: Design and Methods*. 6. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.